



III.2	PLANOS E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS	3
III.2.1	ESFERA FEDERAL	3
III.2.2	ESFERA ESTADUAL	12
III.2.3	ESFERA MUNICIPAL	15



III.2 PLANOS E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS

O presente item apresenta os Planos e Programas Governamentais desenvolvidos e executados na Área de Influência pelos governos federal, estadual e municipal. Esses programas objetivam a melhoria da qualidade de vida da população por meio do desenvolvimento produtivo, tecnológico e estrutural dessa área, atuando sobre as políticas de educação, ação social, agricultura, meio ambiente, saneamento básico, desenvolvimento de infraestrutura e outros temas.

Apresentam-se os Planos e Programas governamentais de maior relevância e aqueles correlacionados ao empreendimento em estudo.

III.2.1 ESFERA FEDERAL

III.2.1.1 Plano Plurianual 2012-2015 (PPA 2012-2015)

O Plano Plurianual (PPA), previsto no artigo 165 da Constituição Federal e regulamentado pelo Decreto nº 2.829, de 29/10/1998, estabelece as medidas, gastos e objetivos a serem seguidos pelo Governo Federal ao longo de um período de quatro anos.

O Plano é aprovado por lei quadrienal, sujeita a prazos e ritos diferenciados de tramitação. Sua vigência inicia-se no segundo ano de um mandato presidencial estendendo-se até o final do primeiro ano do mandato seguinte. Com o PPA, o governo planeja suas ações e seu orçamento em médio prazo, de modo a não ferir suas diretrizes, promovendo investimentos estratégicos.

O PPA é dividido em planos de ações, que por sua vez contém objetivo, órgão responsável pela execução do projeto, valor, prazo de conclusão, fontes de financiamento, entre outros, sendo que cada plano é designado a uma unidade responsável competente, mesmo que durante a execução dos trabalhos várias unidades da esfera pública sejam envolvidas.

As ações do Governo contidas no PPA 2012-2015 estão divididas em eixos temáticos: políticas sociais, políticas de infraestrutura, políticas de desenvolvimento produtivo e ambiental e políticas e temas especiais. O Plano estabelece as metas e as prioridades a serem cumpridas pelo Governo ao mesmo tempo em que é referência para as ações do setor privado.

A cada ano é realizada uma avaliação do processo de andamento das medidas a serem desenvolvidas durante o período quadrienal. É a partir dessa avaliação que se elabora o orçamento anual da União.

Embora todos os projetos do PPA sejam importantes e necessários para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, dentro do mesmo já são estabelecidos projetos prioritários perante os demais.



PETROBRAS



Entre as metas governamentais prioritárias estabelecidas no PPA para serem cumpridas até 2015, destacam-se, no setor de Combustíveis, a inclusão de 200 mil famílias na cadeia produtiva do biodiesel, o processamento de 2.205 barris por dia na produção de derivados de petróleo, a produção de 30.000 m³/dia de gás liquefeito de petróleo (GLP), 62.000 m³/dia de gasolina, 152.000 m³/dia de óleo diesel e 21.000 m³/dia de querosene de aviação (QAV), além da aquisição de 49 navios produzidos no Brasil para transporte de petróleo e derivados.

As ações previstas no Plano referentes ao setor de Petróleo e Gás visam a garantir o abastecimento do país, com ênfase na qualidade, modicidade dos preços e na participação equilibrada dos derivados de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis na matriz energética brasileira, assegurando o desenvolvimento sustentável dessas indústrias.

A **Tabela III.2.1.2-1** traz os principais Programas e Objetivos definidos no PPA 2012-2015, relacionados ou inter-relacionados com o empreendimento.

Tabela III.2.1.2-1 – Principais Programas Propostos no PPA 2012-2015.

Programa	Objetivos
Programa 2022: Combustíveis	<p>0553: Promover ações da política nacional de combustíveis com ênfase na garantia do suprimento e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos.</p> <p>0184: Fazer avançar o processo de comoditização dos biocombustíveis por meio da atuação brasileira junto a foros e parceiros internacionais.</p> <p>0185: Ampliar a produção sustentável de biocombustíveis contribuindo para a adequada participação na matriz energética.</p> <p>0187: Ampliar e qualificar a participação da agricultura familiar na cadeia de produção do biodiesel.</p> <p>0054: Expandir e modernizar o parque nacional de refino e adequar a infraestrutura industrial no exterior, de modo a buscar atender integralmente o mercado interno de combustíveis com padrões de qualidade adequados e possibilitar seu comércio internacional.</p> <p>0186: Otimizar a logística referente a petróleo e combustíveis, de forma a reduzir custos e favorecer sua comercialização e seu adequado fornecimento aos consumidores.</p> <p>0797: Monitorar e incentivar o uso sustentável de biocombustíveis de origem florestal para fins energéticos.</p> <p>0604: Estimular medidas de eficiência energética no uso de derivados de petróleo, gás natural e biocombustíveis que contribuam para o uso racional desses insumos.</p>
Programa 2055: Desenvolvimento Produtivo	<p>0858: Fomentar a adoção pelas empresas de práticas ambientalmente sustentáveis na produção de bens e serviços.</p> <p>0860: Aumentar a participação do conteúdo local na cadeia de petróleo e gás, por meio da promoção de negócios e parcerias entre empresas, de forma competitiva e sustentável.</p>
Programa 2029:	0793: Elaborar e implementar o Zoneamento Ecológico-

Programa	Objetivos
Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária	Econômico para a promoção do ordenamento e da gestão ambiental territorial. 0840: Implementação de infraestrutura logística voltada para inclusão na cadeia produtiva.
Programa 2045: Licenciamento e Qualidade Ambiental	0487: Aperfeiçoar os mecanismos de gestão e controle voltados para a prevenção da contaminação e da poluição ambiental, e para o gerenciamento de substâncias perigosas, visando a garantir a melhoria da qualidade ambiental. 0488: Promover a gestão dos riscos relacionados a emergências ambientais com ênfase nos produtos perigosos, visando à proteção da população e do meio ambiente. 0490: Fomentar a elaboração e a implementação de planos e projetos que promovam políticas voltadas à conservação e ao desenvolvimento sustentável. 0491: Promover a educação ambiental integrada às políticas e programas socioambientais, contribuindo para a construção de sociedades sustentáveis.
Programa 2046: Mar, Zona Costeira e Antártida	0561: Ampliar e consolidar um sistema de observações dos oceanos, da zona costeira e da atmosfera, a fim de aprimorar o conhecimento científico e contribuir para reduzir vulnerabilidades e riscos decorrentes de eventos extremos, variabilidade do clima e das mudanças climáticas. 0563: Realizar o planejamento e a gestão ambiental territorial da zona costeira, visando à redução de suas vulnerabilidades ambientais, sociais e econômicas.
Programa 2050: Mudanças Climáticas	0698: Desenvolver e implementar instrumentos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas considerando o desenvolvimento sustentável e a diversidade regional.
Programa 2053: Petróleo e Gás	0057: Implantar sistemas coordenados de exploração, produção e processamento de petróleo e gás natural, em terra e mar, com conteúdo local, bem como transporte de gás natural, orientados ao desenvolvimento equilibrado do território e para atender, agregando valor, aos mercados doméstico e internacional. 0063: Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, com ações voltadas à capacitação e qualificação profissional, ao desenvolvimento tecnológico e ao conteúdo local. 0064: Aprimorar a gestão dos recursos de petróleo e gás natural por meio de estudos, regulação e fiscalização. 0529: Planejar a expansão da infraestrutura de gás natural de forma a atender e ampliar o abastecimento interno e contribuir para maior segurança energética do país. 0559: Desenvolver ou formar polos produtivos ou tecnológicos da cadeia de fornecedores de bens e serviços de petróleo e gás natural, a partir das vocações e potencialidades regionais,



Programa	Objetivos
	promover a melhoria contínua da gestão empresarial e incentivar a criação de institutos tecnológicos voltados à pesquisa industrial aplicada, alinhada com os princípios de sustentabilidade socioambiental.

Fonte: PPA 2012-2015

Entre as iniciativas previstas para os programas ligados à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico, ao transporte e à oferta de petróleo e derivados, gás natural e biocombustíveis (Programas 2022, 2053 e 2055) na Área de Influência, as principais são:

- Implantação da refinaria do COMPERJ;
- Construção de unidades de produção de petroquímicos de 1ª e 2ª geração do COMPERJ.

Não foram encontradas incompatibilidades entre o empreendimento em estudo e os programas previstos pelo PPA 2012-2015. Pelo contrário, o próprio PPA prevê iniciativas voltadas à expansão da produção e da oferta de petróleo e derivados e gás natural no próprio COMPERJ.

Os programas propostos no PPA 2012-2015 contemplam as ações previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2), descrito no próximo item.

III.2.1.2 Programa de Aceleração do Crescimento – PAC2

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) tem por finalidade garantir as bases para propiciar o crescimento da economia aos níveis propostos pelo Governo Federal, sendo que o PAC2 incorpora ações com etapas iniciadas no primeiro PAC, que tinham originalmente cronogramas de execução previstos para depois de 2010.

Os focos de atuação do PAC2 são: Logística, Energia e Social-Urbano, mas para favorecer o acompanhamento e o controle social decidiu-se desdobrá-los em seis grupos: Cidade Melhor; Comunidade Cidadã; Minha Casa, Minha Vida; Água e Luz para Todos; Energia e Transportes. Cada grupo conta com uma estimativa de recursos.

Os projetos têm como objetivos: recuperar a infraestrutura existente; concluir os projetos em andamento, principalmente, aqueles com potencial para gerar retornos significativos para o País e a sociedade, do ponto de vista econômico e social; bem como viabilizar novos empreendimentos igualmente expressivos para o Brasil.

O PAC ENERGIA atua nas áreas de Geração e Transmissão de Energia Elétrica, Petróleo e Gás Natural, Indústria Naval, Combustíveis Renováveis, Eficiência Energética e Pesquisa Mineral.

No setor de petróleo, gás natural e combustível renovável, o objetivo é garantir a autossuficiência sustentada em longo prazo, estabelecendo-se a meta de produção

20% superior ao consumo nacional e uma relação entre reserva e produção de petróleo de, no mínimo, 15 anos.

O parque de refino deverá ser ampliado e modernizado para o aumento do processamento do petróleo nacional, com melhoria da qualidade do combustível. A produção e a oferta de gás natural deverão ser aceleradas, de modo a reduzir sua dependência externa.

As diretrizes no setor de Petróleo e Gás Natural englobam a ampliação da produção de petróleo e gás através de pesquisas exploratórias, perfuração de poços, construção de plataformas e desenvolvimento da produção, além de consolidar as atividades existentes e desenvolver as descobertas no pré-sal, explorando as reservas e ampliando a produção.

A Infraestrutura energética contempla investimentos preliminares totais de R\$ 711,4 bilhões, considerando o quadriênio 2011- 2014, em que o investimento para o setor de Petróleo e Gás Natural será de R\$ 187,7 bilhões e pós-2014 de R\$ 523,7 bilhões.

Com relação ao gás natural, as diretrizes contidas no PAC2 englobam a ampliação da infraestrutura de transporte de gás natural, com a implantação de novos gasodutos e de terminais de regaseificação e liquefação, além da diversificação e flexibilidade das fontes de suprimento, assegurar a flexibilidade para o aproveitamento do gás associado produzido no Pré-Sal e priorizar a oferta de gás nacional para o mercado nacional.

Os investimentos totais nessa área apresentados no PAC2 serão de R\$ 9,3 bilhões, sendo que para 2011 a 2014, os investimentos serão de R\$ 8,2 bilhões e pós-2014 de R\$ 1,1 bilhão.

Assim como verificado para os programas propostos pelo governo federal no âmbito do Plano Plurianual 2012-2015, as diretrizes do Programa de Aceleração do Crescimento não apresentam incompatibilidade com o projeto proposto.

III.2.1.3 Política Energética Nacional e Estadual

A Lei Federal nº 9.478/97 estabeleceu a Política Energética Nacional e instituiu o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).

Segundo os princípios e objetivos da Política Energética Nacional, as políticas nacionais para o aproveitamento racional das fontes de energia visam aos seguintes objetivos:

- Preservar o interesse nacional;
- Promover o desenvolvimento, ampliar o mercado de trabalho e valorizar os recursos energéticos;
- Proteger os interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos;



- Proteger o meio ambiente e promover a conservação de energia;
- Garantir o fornecimento de derivados de petróleo em todo o território nacional, nos termos do Parágrafo 2º do Artigo 177 da Constituição Federal;
- Incrementar, em bases econômicas, a utilização do gás natural;
- Identificar as soluções mais adequadas para o suprimento de energia elétrica nas diversas regiões do País;
- Utilizar fontes alternativas de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis;
- Promover a livre concorrência;
- Atrair investimentos na produção de energia;
- Ampliar a competitividade do País no mercado internacional.

De acordo com o Decreto Federal nº 3.520/2000, que trata da estrutura e do funcionamento do CNPE, o Conselho se reúne ordinariamente a cada seis meses. No último semestre de cada ano, avalia as atividades desenvolvidas pelos diversos setores energéticos do País durante o ano e suas perspectivas para o ano seguinte, elaborando relatório e apontando eventuais sugestões sobre a situação da Política Energética Nacional, a serem encaminhados ao Presidente da República.

Posteriormente, a Lei Estadual nº 5267/08 criou o Conselho Estadual de Política Energética (CEPE) do Estado do Rio de Janeiro, tendo por finalidade estabelecer diretrizes e políticas estaduais, visando atender às necessidades da sociedade fluminense e o desenvolvimento econômico do Estado, garantindo o fornecimento de energia, petróleo e gás natural, protegendo o meio ambiente e a conservação de energia.

III.2.1.4 *Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural*

O Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural (PROMINP) é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia e foi instituído pelo Governo Federal através do Decreto Federal nº 4.925/03.

O PROMINP tem o objetivo de fortalecer a indústria nacional de bens e serviços e está centrado na área de petróleo e gás natural. As metas do Programa, elaboradas em conjunto com as empresas do setor, é a maximização da participação da indústria nacional no fornecimento de bens e serviços, em bases competitivas e sustentáveis, atendendo demandas nacionais e internacionais.

O PROMINP consiste em desenvolver projetos de aumento do conteúdo nacional nas áreas específicas de Exploração & Produção, Transporte Marítimo, Abastecimento e Gás & Energia.

Desde 2003, o programa de investimentos do setor de petróleo e gás natural tem sido sucessivamente ampliado, passando de US\$ 35 bilhões no período 2003-2007 para US\$ 190 bilhões no período 2009-2013.

Para o atendimento das expressivas demandas do setor de petróleo e gás natural estão sendo desenvolvidas, no âmbito do Programa, três iniciativas: Inserção de micro e pequenas empresas na cadeia de P&G (Convênio Petrobras-Sebrae); Mecanismos alternativos de captação de recursos financeiros (Financiamento) e Portal de Oportunidades da Cadeia de Suprimentos de P&G.

Outra ação do PROMINP é o Plano Nacional de Qualificação Profissional (PNQP), estruturado em 2006 frente à necessidade de pessoal qualificado para o setor. Trata-se de um projeto de qualificação profissional que visa a capacitar, gratuitamente, mão-de-obra especializada em 175 categorias profissionais consideradas críticas para o setor de petróleo e gás, ou seja, categorias com disponibilidade de mão-de-obra bem inferior à demanda do setor. Estão envolvidas cerca de 80 instituições de ensino em 17 Unidades Federativas do Brasil.

III.2.1.5 *Plano Diretor do Polo Pré-sal da Bacia de Santos*

O Plano Diretor do Polo Pré-sal da Bacia de Santos (PLANSAL) tem como objetivo definir a estratégia de desenvolvimento da área para implantar os novos projetos no cluster do pré-sal. O programa tem um planejamento inicial de um ano e a sua operacionalização deve ser feita em cerca de 10 anos.

O PLANSAL engloba cinco subprogramas em sua estrutura: Avaliação Exploratória; Desenvolvimento da Produção; Infraestrutura de Produção; Transparência, Transporte e Utilização de Petróleo; e Transparência, Transformação, Transporte e Comercialização de Gás Natural.

O Polo Pré-Sal da Bacia de Santos é composto por sete blocos. Fica a aproximadamente 300 quilômetros da costa do Estado do Rio de Janeiro e a aproximadamente 350 quilômetros da costa do Estado de São Paulo, em lâminas d'água ultraprofundas, que variam de 1.900 a 2.400 metros.

Na Bacia de Santos, as atividades exploratórias renderam importantes áreas descobertas em 2009, sendo as principais: Tupi (ora denominada Lula), Guará e Iara. Foram perfurados cinco novos poços, sendo quatro exploratórios e um de desenvolvimento de produção. Além disso, os resultados de quatro testes de formação comprovaram o alto potencial e o baixo risco da área.

Em quatro poços perfurados no bloco BM-S-9 foi comprovada a existência de petróleo e gás. Um deles, o poço de Guará, localizado em lâmina d'água de 2.141 metros, a cerca de 310 quilômetros da costa do estado de São Paulo e 55 quilômetros a sudoeste de Tupi (Lula), possui, segundo estudos preliminares, capacidade de produção de cerca de 50 mil barris de óleo por dia.



Já no bloco BM-S-11 (Tupi/Lula), o potencial estimado é de 5 a 8 bilhões de barris de petróleo leve e gás natural recuperável nos reservatórios. No bloco BM-S-7, também na Bacia de Santos, foi comprovada a presença de uma espessa coluna de gás em reservatórios acima da camada de sal, confirmando o potencial da produção de gás em águas rasas no sul da bacia.

A Petrobras espera atingir 01 milhão de barris diários de petróleo equivalente (petróleo e gás) na área do pré-sal da Bacia de Santos em 2017. Para isso, terá que perfurar, de acordo com cronograma da empresa, mais 22 poços de avaliação nos próximos cinco anos, juntamente com a execução de sete testes de longa duração (TLD).

Ressalta-se que o PLANSAL tem relação direta com o empreendimento, pois o Gasoduto interligará o Pólo Pré-Sal da Bacia de Santos, ao COMPERJ.

III.2.1.6 Programa Nacional de Diversidade Biológica

O Decreto Federal nº 1.354/94 instituiu o Programa Nacional da Diversidade Biológica (PRONABIO), que tem o objetivo de promover parceria entre o Poder Público e a sociedade civil na conservação da diversidade biológica, utilização sustentável de seus componentes e repartição justa e equitativa dos benefícios dela decorrentes, em consonância com as diretrizes e estratégias da Comissão Interministerial para o Desenvolvimento Sustentável (CIDES).

O Decreto Federal nº 4.703/03 dispõe sobre o PRONABIO e a Comissão Nacional da Biodiversidade (CONABIO). Dentre os objetivos apresentados no art. 2º desse decreto merecem especial atenção os seguintes itens:

- Orientar a elaboração e a implementação da Política Nacional da Biodiversidade, com base nos princípios e diretrizes instituídos pelo Decreto nº 4.339/02;
- Articular as ações para implementação dos princípios e diretrizes da Política Nacional da Biodiversidade no âmbito do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e junto aos órgãos e entidades da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e da sociedade civil;
- Formular e implantar programas e projetos em apoio à execução das ações previstas no Decreto nº 4.339/02;
- Promover a integração de políticas setoriais para aumentar a sinergia na implementação de ações direcionadas à gestão sustentável da biodiversidade;
- Promover ações, projetos, pesquisas e estudos com o objetivo de produzir e disseminar informações e conhecimento sobre a biodiversidade;
- Estimular a capacitação de recursos humanos, o fortalecimento institucional e a sensibilização pública para a conservação e uso sustentável da biodiversidade;

- Orientar as ações de acompanhamento e avaliação da execução dos componentes temáticos para atendimento aos princípios e diretrizes para implementação da Política Nacional da Biodiversidade.

A missão do CONABIO é estabelecer estratégia e política nacional de biodiversidade, apoiar a implementação da Convenção de Diversidade Biológica no Brasil e estabelecer diretrizes para o Programa de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO) e para o Fundo Nacional de Biodiversidade (FUNBIO), instrumentos para aplicação dos recursos do *Global Environment Facility* e do orçamento federal para biodiversidade.

Através desse Programa, o Ministério do Meio Ambiente declarou a Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara como área prioritária para conservação dos biomas brasileiros, conforme o Decreto Federal 5.092/04 e a Portaria MMA 126/07.

III.2.1.7 *Programa de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira*

O Programa de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO) é resultado do Acordo de Doação TF 28309, firmado em 5 de junho de 1996 entre o Governo Brasileiro e o *Global Environmental Facility* (GEF), que utiliza o Banco Mundial como administrador dos seus recursos. Em 1997, foi criado o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), que é privado, considerado projeto complementar ao PROBIO, que é público. Trata-se de componente executivo do PRONABIO, acima descrito.

O PROBIO é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que atua como gestor administrativo, contratando os subprojetos e liberando recursos.

O PROBIO está estruturado em torno de três componentes:

- Identificação de prioridades para a aplicação de recursos, levantamento de informações e disseminação dos resultados;
- Apoio a projetos demonstrativos de conservação e utilização sustentável da diversidade biológica brasileira e
- Administração.

Através do PROBIO, em relatório de 2000 (revisto em 2006), o Ministério do Meio Ambiente declarou a Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara como área prioritária para conservação dos biomas brasileiros, conforme o Decreto Federal 5.092/04 e a Portaria MMA 126/07.



III.2.2 ESFERA ESTADUAL

III.2.2.1 *Plano Plurianual do Estado do Rio de Janeiro (2012-2015)*

O Plano Plurianual do Estado do Rio de Janeiro para o quadriênio 2012-2015 foi estabelecido pela Lei Estadual nº 6.126/11, e seus projetos estratégicos se organizam em torno dos seguintes macro objetivos:

- Prover e Gerir os Recursos Financeiros do Estado com Excelência, Maximizando o Cumprimento de Obrigações Tributárias, Garantindo o Aumento Sustentável da Arrecadação e Promovendo a Gestão Fiscal Responsável;
- Promoção da Articulação Institucional e Política e Apoio Logístico a demais Políticas de Governo;
- Inclusão Produtiva com Intermediação de Empregos, Atendimento e Qualificação do Trabalhador para Inserção e Reinserção no Mercado de Trabalho;
- Criar Ambiente de Negócios Favorável ao Desenvolvimento da Atividade Produtiva no Estado;
- Promover a Gestão e a Função Social do Território e da Economia, Através de Políticas Públicas de Estimulo e Fomento ao Desenvolvimento Regional de Forma Integrada e Sustentável, Estabelecer Arranjos Racionais para a Distribuição de Alimentos e Melhoria das Condições de Produção e Comercialização de Pescado;
- Ampliar Infraestrutura com Inclusão Social e Econômica;
- Melhorar a Mobilidade de Passageiros e a Logística de Cargas, por meio da Requalificação dos Sistemas de Transportes Públicos, com Foco nos Corredores Estruturais;
- Pacificação das Comunidades, Otimização das Atividades Policiais, Redução dos Índices de Criminalidade, Aumento da Sensação de Segurança, Modernização Tecnológica e Segurança dos Grandes Eventos;
- Integração de Políticas Sociais, Erradicação da Pobreza Extrema e Promoção e Defesa dos Direitos Humanos;
- Melhorar a Situação de Saúde da População do Estado;
- Promover a Redução de Desastres no Estado;
- Implementar as Políticas Ambientais que Concorrem para a Promoção do Desenvolvimento Sustentável por meio da Consolidação das Agendas Azul, Verde e Marrom;
- Formulação de Políticas Públicas com a Participação da Sociedade, Valorização da Diversidade Cultural, Democratização do Acesso à Cultura, Estímulo à Criação Artística e à Economia Criativa, Preservação do Patrimônio Material e Imaterial e Modernização da Gestão;

III.2.2.2 Política Estadual sobre Mudança Global do Clima e Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro

A Lei nº 5.690/10 (regulamentada pelo Decreto Estadual nº 43.216/11) instituiu a Política Estadual sobre Mudança do Clima (PEMC), que estabelece princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos aplicáveis para prevenir e mitigar os efeitos e adaptar o Estado às mudanças climáticas, em benefício das gerações atuais e futuras, bem como facilitar a implantação de uma economia de baixo carbono no Estado.

A PEMC estabelece que os planos, programas, políticas, metas e ações vinculadas a atividades emissoras de gases de efeito estufa, sejam elas de âmbito governamental ou empresarial, deverão incorporar em suas estratégias, medidas e ações que favoreçam a economia de baixo carbono. Para o setor da indústria deverá ser observada a seguinte diretriz:

- Incentivar o uso de equipamentos e processos mais eficientes, de sua reciclagem e substituição, e do reuso de materiais, bem como do controle das emissões de gases e o sequestro de carbono;
- Quanto a metas e prazos, o Estado define medidas reais, mensuráveis e verificáveis para reduzir as emissões antrópicas de gases de efeito estufa em seu território devendo, para tanto, adotar;
- Metas de estabilização ou redução de emissões, isoladamente ou em conjunto com outras regiões do Brasil e do mundo;
- Metas de eficiência setoriais, tendo por base as emissões de gases de efeito estufa inventariadas para cada setor e parâmetros de eficiência que identifiquem, dentro de cada setor, padrões positivos de referência;
- Mecanismos adicionais de troca de direitos obtidos.

III.2.2.3 Política Estadual de Recursos Hídricos

A Lei nº 3.239/99 instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro, com base em: descentralização, com participação do Poder Público, usuários, comunidade e sociedade civil; acesso à água como direito de todos, desde que não comprometa os ecossistemas aquáticos, os aquíferos e a disponibilidade e qualidade hídricas para abastecimento humano, de acordo com padrões estabelecidos; e em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos deve ser para o consumo humano e a dessedentação de animais.

A Política Estadual dos Recursos Hídricos faz menção a alguns Planos e Programas constituídos como instrumentos desta Política, como se segue:

- **Plano Estadual de Recursos Hídricos**



O Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) constitui-se num diploma diretor, visando fundamentar e orientar a formulação e a implementação da Política Estadual de Recursos Hídricos e o gerenciamento dos mesmos.

O PERH contemplará as propostas dos Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH), os estudos realizados por instituições de pesquisa, pela sociedade civil organizada e pela iniciativa privada, e os documentos públicos que possam contribuir para sua elaboração.

- ***Programa Estadual de Conservação e Revitalização de Recursos Hídricos***

O Programa Estadual de Conservação e Revitalização de Recursos Hídricos é um instrumento de organização da ação governamental, visando à concretização dos objetivos pretendidos pela Política Estadual de Recursos Hídricos, mensurados por metas estabelecidas no Plano Estadual de Recursos Hídricos e no Plano Plurianual.

Seu objetivo é proporcionar a revitalização, quando necessária, e a conservação, onde possível, dos recursos hídricos como um todo, sob a ótica do ciclo hidrológico, através do manejo dos elementos dos meios físico e biótico, tendo a bacia hidrográfica como unidade de planejamento e trabalho.

- ***Planos de Bacia Hidrográfica***

Os Planos de Bacia Hidrográfica (PBH) atenderão, nos respectivos âmbitos, às diretrizes da Política Estadual de Recursos Hídricos, e servirão de base à elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos.

III.2.2.4 Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado

O Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Rio de Janeiro (ZEE), aprovado pela Lei Estadual nº 5.067/07, é um instrumento estratégico de planejamento regional e gestão territorial, envolvendo estudos sobre o meio ambiente, os recursos naturais e as relações entre a sociedade e a natureza.

O ZEE contempla as dez regiões hidrográficas do Estado e divide o território em zonas, de acordo com a necessidade de proteção na implantação de planos, obras e atividades públicas e privadas, prevendo medidas e padrões de proteção ambiental destinados a assegurar a qualidade do ambiente, dos recursos hídricos e do solo e a conservação da biodiversidade, garantindo o desenvolvimento sustentável e a melhoria das condições de vida da população.

O Zoneamento leva em conta a importância ecológica e as limitações e fragilidades dos ecossistemas, estabelecendo vedações, restrições e alternativas de exploração do território e determinando, quando for o caso, a realocação de atividades incompatíveis com suas diretrizes gerais.

No âmbito do ZEE, desenvolve-se a caracterização das Regiões Hidrográficas que compõem o Estado, quanto ao meio físico, socioeconômico e biótico.

III.2.2.5 Programa Estadual de Educação Ambiental

A Lei Estadual nº 3.325/99 trata da educação ambiental, institui a Política Estadual de Educação Ambiental e cria o Programa Estadual de Educação Ambiental, complementando a Lei Federal nº 9.795/99. Cabe aos órgãos estaduais de Educação e de Meio Ambiente, ao Conselho Estadual de Educação (CEE) e ao Conselho Estadual de Meio Ambiente (CONEMA) a função de propor, analisar e aprovar, a política e o Programa Estadual de Educação Ambiental. O programa conta com um Cadastro Estadual de Educação Ambiental, no qual serão registrados profissionais, instituições governamentais e entidades da sociedade civil que atuam na área ambiental, assim como as experiências, os projetos e os programas que estejam relacionados à educação ambiental do Estado do Rio de Janeiro.

O principal objetivo do Programa é conscientizar a população sobre os problemas socioambientais existentes na região. Ele informa e esclarece as comunidades a respeito das ações de dragagem e limpeza dos rios que amenizam os problemas de enchentes, assoreamento e lixo nos cursos d'água. Tem o objetivo de incentivar a participação da comunidade em todas as ações, para que respeitem os limites da faixa marginal de proteção, preservando a mata ciliar e realizando o descarte de lixo em recipientes adequados, evitando que seja atirado nos cursos d'água e nas ruas.

III.2.3 ESFERA MUNICIPAL

III.2.3.1 Plano diretor do Município de Itaboraí

No município de Itaboraí, a Lei Complementar nº 054/06 instituiu o Plano Diretor do Município, estabelecendo as bases técnicas e administrativas para a organização do território municipal, para a provisão de infraestrutura e serviços, para a aplicação efetiva da função social da propriedade, para garantia o acesso à habitação por setores mais vulneráveis da população e para a gestão participativa do desenvolvimento municipal integrado e sustentável pretendido.

A Lei estabelece as bases técnicas e administrativo-institucionais para a organização do território municipal, para a provisão de infraestrutura e serviços, para a aplicação efetiva do conceito de função social da propriedade, para garantia o acesso à habitação por setores menos favorecidos da população e para a gestão participativa do desenvolvimento municipal integrado e sustentável pretendido.

Trata-se de diploma legal que abrange tantos os aspectos convencionais de disciplina do uso e ocupação do solo, incorporando inclusive a ampla gama de instrumentos modernos de gestão urbana previstos na Lei Federal nº 10.257/01 (Estatuto das Cidades), como aspectos centrais e controversos do processo interinstitucional de implementação dos objetivos de preservação do meio ambiente



e promoção do desenvolvimento sustentável, expressos na Constituição Federal e na legislação dela decorrente ou por ela acolhida.

Conforme o Plano Diretor, o COMPERJ está localizado em Zona de Uso Exclusivamente industrial (ZEI).

III.2.3.2 Plano Municipal de Saneamento Básico

Em maio de 2010, o município publicou o Relatório Base do Plano Municipal de Saneamento Básico, em atendimento à Lei Federal 11.445/07, referindo-se aos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, apresentando um diagnóstico da estrutura institucional e da situação dos serviços no município e estabelecendo metas para um período de trinta anos, devendo ser revisto a cada quatro anos.

As metas foram elaboradas de acordo com as diretrizes do Plano Diretor do Município, já mencionado, além de considerar o Plano da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara e o Plano de Despoluição da Baía de Guanabara.

Fica estabelecido um Plano Diretor de Água e Esgoto para mananciais e captações, instalações de tratamento de água e reserva, sistemas de esgotamento sanitário e de distribuição e coleta de esgoto, associado a um Plano de Metas e Investimentos.

De acordo com o Plano, o município tem o prazo de sete anos para atender a 100% da população com abastecimento de água e 50% com coleta de esgoto. Em até 12 anos, esse índice deve ser de 80%. Além disso, em até três anos o município deve tratar 90% de seu esgoto.

Também são previstas algumas ações para emergências ou contingências, além de mecanismos de acompanhamento e avaliação de desempenho e atendimento de metas temporais.

III.2.3.3 Plano Plurianual 2010-2013

A Lei Municipal 2.174/10 atualiza o Plano Plurianual 2010-2013 do Município de Itaboraí (instituído pela Lei Municipal 2.132/09) para o período 2011-2013. O instrumento orienta o orçamento municipal para o período designado, direcionando verbas públicas e estabelecendo metas para os diversos programas realizados pela administração municipal através de seus diversos órgãos.

Entre os programas municipais previstos para o período 2011-2013 em Itaboraí, destacam-se os seguintes:

1501: Planejamento Urbano – Programa de intervenções viárias (Provias);

1506: Infraestrutura Urbana – Construção e manutenção de pontes, viadutos e bueiros;



1801: Controle e Proteção da Qualidade Ambiental – Projetos e estudos de ordem física e ambiental;

1803: Preservação do Meio Ambiente – Manutenção da operação da Agenda 21;

2201: Promoção do Desenvolvimento Industrial – Elaboração de estudos ambientais para implantação do Polo Industrial, implantação de infraestrutura e manutenção operacional do Polo, projetos e estudos de ordem econômica; e

2302: Promoção do Desenvolvimento do Turismo – Estruturação e incentivo ao turismo, manutenção operacional das atividades turísticas.



